



Freguesia de Febres

Assembleia de Freguesia de Febres

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

ATA 2026/1

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia de Freguesia de Febres, em Sessão Extraordinária, sob a presidência do Presidente da Mesa da Assembleia, Gonçalo Gaspar, no Salão Nobre da Junta de Freguesia, com a presença de todos os elementos constituintes da Assembleia, bem como todos os membros do Executivo, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação, discussão e votação da minuta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Cantanhede e a Freguesia – Requalificação Urbana – 2026;
2. Apreciação, discussão e votação da minuta de Acordo de Colaboração com a Freguesia para a comparticipação financeira das competências próprias ao nível dos espaços verdes – 2026;
3. Apreciação, discussão e votação da minuta de Acordo de Colaboração/ Parceria com a Junta de Freguesia para manutenção e conservação de caminhos públicos.

Depois de cumprimentar todos os presentes, Executivo, membros da Assembleia e público, o Presidente da Mesa da Assembleia, Gonçalo Gaspar, deu início aos trabalhos, lendo a Ordem do Dia.

Antes de passar aos pontos da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Mesa deu nota de que a presente convocatória extraordinária visa a discussão de matérias de extrema importância para o funcionamento corrente e financeiro da Junta de Freguesia (delegação de competências, espaços verdes e caminhos públicos). Informou, igualmente, que o Executivo solicitou, dada a urgência logística e financeira, que todos os pontos da Ordem do Dia fossem deliberados e aprovados em minuta.

A proposta de aprovação em minuta foi colocada a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

Passou-se, de seguida, aos pontos da **Ordem do Dia**, em concreto ao **ponto um: Apreciação, discussão e votação da minuta de Contrato Interadministrativo de delegação de competências a celebrar entre o Município de Cantanhede e a Freguesia, referente à Requalificação Urbana para 2026.**

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Junta da Freguesia, o qual começou por cumprimentar a Mesa e todas as bancadas partidárias, explicando que a urgência desta Assembleia Extraordinária prende-se com a necessidade de garantir o adiantamento de 25% da verba total no decorrer do primeiro

trimestre, dotando a Junta de fundo de maneo. Esclareceu que este mecanismo legal aproxima a gestão dos cidadãos, englobando a manutenção de passeios, parques de merendas, lavadouros e obras de requalificação. Informou que os valores estipulados no contrato, 56.591,73€ (cinquenta e seis mil quinhentos e noventa e um euros e setenta e três cêntimos) no total, 43.281,22€ (quarenta e três mil duzentos e oitenta e um euros e vinte e dois cêntimos) para aquisição de materiais e mão-de-obra (gerida pela Junta), com adiantamento de vinte e cinco por cento no primeiro trimestre e o restante mediante envio de faturas à Câmara Municipal e 13.310,51€ (treze mil trezentos e dez euros e cinquenta e um cêntimos) referente a materiais fornecidos diretamente pela Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Mesa questionou se os membros das diversas bancadas queriam intervir.

O membro da bancada do Partido Socialista (PS), Paulo Pessoa, solicitou intervenção, tendo-lhe sido concedida a palavra. Começou por cumprimentar todos os presentes e levantou questões sobre a falta de transparência e equidade na distribuição e controlo das verbas de materiais fornecidos pela Câmara Municipal às Juntas de Freguesia do concelho. Referiu que na sessão de ontem da Assembleia Municipal foi apresentado o relatório de execução dos contratos interadministrativos e facilmente se verifica que houve um orçamento na ordem dos 100.000€ (cem mil euros) e que efetivamente foram disponibilizados 262.391,60€ (duzentos e sessenta e dois mil trezentos e noventa e um euros e sessenta cêntimos). Não se opõe ao valor em si, pois quantos mais materiais mais obras as juntas farão, mas questiona as discrepâncias entre o valor atribuído e o valor executado. Deu os exemplos da Junta de Vilamar e Corticeiro de Cima que tinha 4.295€ (quatro mil duzentos e noventa e cinco euros) orçamentados e consumiu cerca de 34.000€ (trinta e quatro mil euros), apresentando um saldo negativo de aproximadamente 29.000€ (vinte e nove mil euros), o caso da Junta da Tocha, que tinha 18.000€ (dezoito mil euros) orçamentados e gastou cerca de 40.000€ (quarenta mil euros) e, ainda, a Junta de Covões que tinha cerca de 10.000€ (dez mil euros) orçamentados e gastou 78.000€ (setenta e oito mil euros), aproximadamente. Em contrapartida, estranhou o facto de em Febres, em 2025, quando era membro do Executivo anterior, mesmo tendo pedido recorrentemente materiais, nem sempre satisfeitos, existiu um saldo positivo de cerca de 1.600€ (mil e seiscentos euros), ou seja, não se atingiu sequer o valor orçamentado de cerca de 13.000€ (treze mil euros). Referiu que o PS iria estar muito atento a esta questão, não entendendo a desigualdade de saldos finais das diversas Juntas de Freguesia. Apontou, igualmente, a falta de uma conta-corrente explícita e atualizada que permita à Junta monitorizar o saldo financeiro do material que consome, apelando ao Executivo que exija à Câmara Municipal uma quantificação monetária detalhada a cada pedido, no sentido de se perceber, também, se os valores atribuídos aos materiais estão dentro dos valores de mercado. Finalizou, referindo que questionaria o Executivo nas próximas Assembleias sobre os valores dos materiais transferidos para execução de obras, bem como do respetivo saldo.

Para esclarecimento das questões colocadas tomou a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, Carlos Lote, referindo que, historicamente, não há esse registo de conta-corrente por parte do Município para os materiais e que a dotação de 100.000€ (cem mil euros) globais do concelho é gerida conforme os pedidos das Juntas. Afirmou que na freguesia todo o material solicitado havia sido entregue e que existe abertura da Câmara para ultrapassar o valor de referência, caso seja necessário para as obras planeadas.

Mencionou ainda que o critério de equidade existe e está refletido nos valores mencionados em orçamento, em função de critérios como a área e a população.

O Senhor Presidente da Assembleia, Gonçalo Gaspar, questionou o membro do PS, Paulo Pessoa, se durante os quatro anos em que foi Tesoureiro do Executivo anterior tinha solicitado esclarecimentos à Câmara Municipal, o qual referiu que nunca conseguiu obter informações a respeito dos saldos e valores dos materiais.

Alexandre Lourenço, membro do CHEGA, referiu que os contratos existem para serem respeitados, caso contrário a situação torna-se caótica.

Prestados os esclarecimentos, o Senhor Presidente da Mesa, Gonçalo Gaspar, passou à votação do ponto, tendo este sido aprovado por unanimidade.

De seguida, o Senhor Presidente da Mesa passou ao **ponto dois: Apreciação, discussão e votação da minuta de Acordo de Colaboração com a Freguesia para comparticipação financeira das competências próprias ao nível dos espaços verdes para 2026.**

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Gonçalo Gaspar, passou a palavra ao Senhor Presidente da Junta, Carlos Lote, que apresentou o ponto em questão, informando que o objetivo é a preservação e manutenção dos espaços verdes da freguesia. Detalhou que o montante a transferir pelo Município será de 27.817,20€ (vinte e sete mil, oitocentos e dezassete euros e vinte centimos), aplicando-se igualmente o adiantamento de 25% no primeiro trimestre e o restante mediante apresentação das faturas correspondentes. Destacou que deste valor, cerca de 10.000€ (dez mil euros) anuais encontram-se alocados contratualmente ao jardineiro, o mesmo do mandato anterior, restando 17.817,20€ (dezassete mil oitocentos e dezassete euros e vinte centimos) para despesas correntes de manutenção.

Terminada a apresentação do ponto e não havendo quaisquer solicitações para intervenção, passou-se à votação, tendo a proposta sido aprovada por unanimidade.

O Senhor Presidente da Mesa prosseguiu com a sessão, passando ao **ponto três: Apreciação, discussão e votação da minuta de acordo de colaboração/parceria com a Junta de Freguesia para manutenção e conservação de caminhos públicos.**

O Senhor Presidente da Junta passou a apresentar a minuta, explicando que o acordo prevê a cedência de homens e máquinas pelo Município à Junta durante duas semanas, de dois em dois anos, para a limpeza e manutenção de caminhos vicinais, podendo ainda ser solicitado material (tout-venant). Alertou, igualmente, para o mau estado em que se encontram os caminhos públicos.

O elemento do PS, Paulo Pessoa, solicitou a palavra, referindo que o Executivo anterior não teve a possibilidade de usufruir das quatro semanas ao longo de um mandato de quatro anos, ou seja, duas semanas de dois em dois anos, questionando qual o plano da Junta de Freguesia para os caminhos vicinais, tendo até em consideração a eventualidade de não vir a usufruir das quatro semanas de cedência de máquinas e homens, pelo Município, durante o mandato.

O Senhor Presidente da Junta, Carlos Lote, referiu que é pretensão arranjar todos os caminhos vicinais. No entanto, para tal, é preciso ter meios, nomeadamente financeiros, uma vez que a Junta possui dois tratores que podem ser utilizados para espalhar o tout-venant, mas será sempre necessário contratar empresa externa para compactar o material em questão.

O Senhor Presidente da Junta mencionou que já se procedeu ao arranjo do caminho que vai para a Chorosa, na sequência do solicitado por um produtor de kiwis, que informou que esse caminho estava em muito mau estado e que o mesmo não permitiria manter os kiwis em bom estado durante o transporte até à estrada. As condições meteorológicas adversas que se fizeram sentir nas últimas semanas destruíram todo o trabalho realizado, o que motivou, inclusive, a população de etnia cigana, que reside nas imediações, a referir à assistente social que não consegue levar as crianças à escola devido ao mau estado dos caminhos. O Senhor Presidente da Junta referiu, ainda, que a prioridade é a reparação de buracos, mas que com a quantidade de água existente tem de se esperar algumas semanas, caso contrário o trabalho será todo em vão. Assim que for possível, com os meios da Junta, os arranjos incidirão nos caminhos das Lagoas, bem como no caminho dos kiwis, com o intuito de garantir a segurança no transporte escolar das crianças. Reiterou o compromisso de trabalhar em prol de todos os fregueses, com total transparência, mas que face à escassez de meios, ao custo elevado e incomportável do trabalho realizado por empresas externas e aos imensos quilómetros de caminhos, o trabalho tem de ser realizado gradualmente.

Paulo Pessoa (PS) solicitou a palavra para referir que nesta questão, à semelhança do ponto anterior, também deverá existir transparência por parte da Câmara Municipal, relativamente ao tempo de máquinas e homens disponibilizados a cada freguesia, bem como do material atribuído para o efeito.

O Senhor Presidente da Junta, informou, ainda, que o arranjo dos caminhos à volta do mercado também constituem uma prioridade, assim que as máquinas do Município estiverem disponíveis.

Não havendo mais questões, o Senhor Presidente da Mesa colocou a votação o ponto três, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

O Presidente da Mesa prosseguiu com a sessão, passando ao **período de intervenção do público**, destinado a questões, esclarecimentos ou sugestões, relativamente aos assuntos da Ordem do Dia da Sessão Extraordinária, informando que os interessados em intervir deveriam inscrever-se para o efeito, sendo-lhes dada a palavra precisamente pela ordem de inscrição. Manifestaram interesse Nelson Sousa, Anabela Dias, Adriano Dias, Ana Reis e Anabela Reis.

Nelson Sousa usou da palavra, começando por saudar todos os presentes, e questionou se não existiria a possibilidade de estabelecer um protocolo entre a Junta e o Exército Português (Arma de Engenharia) para a reparação de caminhos. O Executivo considerou a ideia válida, sendo uma questão que no seu entender competiria à Câmara Municipal, contudo frisou que o principal entrave nos caminhos vicinais (como a ligação Lagoas-Pocariça) prende-se com o estreitamento das vias devido a pinhais e eucaliptais privados confinantes. Explicou a complexidade jurídica e a dificuldade em identificar e

notificar proprietários (muitos no estrangeiro ou desconhecidos) para que procedam ao corte de árvores e cedência de terrenos para o alargamento das vias, inviabilizando a passagem de camiões de mercadorias pesadas. O Executivo exemplificou casos semelhantes no Largo do mercado e áreas turísticas periféricas onde aguarda dados da Câmara Municipal.

Alexandre Lourenço (CHEGA) solicitou a palavra para referir que ao abrigo da Lei 75/2013, as autarquias locais, no caso as Juntas, têm a possibilidade de fazer protocolos de cooperação e até mesmo contratos interadministrativos com entidades públicas, como por exemplo o exército.

O Senhor Presidente da Junta retorquiu, referindo que mesmo que a houvesse possibilidade de estabelecer o referido protocolo, a questão de maior dificuldade seria a identificação e notificação dos proprietários dos terrenos e todos os trâmites legais inerentes à cedência dos terrenos para o alargamento das vias.

Alexandre Lourenço (CHEGA) referiu que existem mecanismos legais para imputar os custos de limpeza e cortes de árvores aos proprietários, tendo Carla Santos (PSD) alertado para o facto de se não se conseguir identificar o proprietário não será possível apresentar a conta dos trabalhos.

Anabela Dias usou da palavra, questionando se a publicação das atas do Executivo continuaria a ser efetuada como no caso do anterior Executivo e a existência de programas de apoio da Associação AD ELO para a reabilitação de espaços de associações.

O Senhor Presidente da Mesa referiu que as questões colocadas não se enquadravam no âmbito desta Sessão Extraordinária, mas que se o Executivo entendesse responder que o poderia fazer. O Executivo respondeu pela voz da sua Tesoureira, Sílvia Mingatos, referindo que a Junta atua apenas como intermediária em candidaturas associativas, junto das entidades, nomeadamente da AD ELO. No que concerne à publicação das atas, Bruno Silva, Secretário da Junta, esclareceu que as atas continuariam a ser publicadas e que estariam disponíveis brevemente.

Ana Reis usou da palavra, começando por cumprimentar todos os presentes, para questionar o Executivo sobre a existência de projeto ou proposta da Câmara Municipal para o alcatroamento do caminho do Talefe ao Parque Desportivo, caminho este utilizado por crianças e jovens para se deslocarem para a EB 2,3 Carlos de Oliveira.

O Presidente da Junta, Carlos Lote, clarificou que não existe atualmente qualquer projeto ou promessa da Câmara para o alcatroamento daquela via, adiantando que a obra exigiria uma alteração urbanística com o desvio da estrada e o abate de sobreiros em propriedade privada, um processo complexo que carece de concertação com múltiplos proprietários. Referiu, ainda, que o caminho em questão foi o primeiro a ser remendado pelo Executivo.

Paulo Pessoa (PS) interveio, mencionando que existe planta com um traçado definido pela Câmara Municipal, o qual pode ser consultado nos arquivos da Junta, que inclusive foram colocadas estacas a delimitar, tendo as mesmas sido arrancadas por alguns dos diversos proprietários dos terrenos e que, de facto, implica que a estrada tenha de ser deslocada um a dois metros, para além do corte de sobreiros, e que dada a complexidade da situação não se tinha avançado com o projeto.

Ana Reis referiu que seria importante a Câmara agilizar com a Junta os próximos passos, perceber o porquê efetivo do impasse e que o caminho é importante para se manter no estado atual, pois tem ligação ao Complexo desportivo, onde existe também um loteamento com várias habitações.

O Senhor Presidente da Junta mencionou que farão todos os esforços para que haja a possibilidade de se colocar alcatrão no referido caminho. No entanto, deixou claro que não será tarefa fácil, face a todas as circunstâncias inerentes e que seria igualmente importante saber a opinião dos moradores da zona do talefe, pois tal alteração poderia resultar num trânsito mais significativo, sobretudo no dia de atividades no Complexo Desportivo. Anabela Reis interveio, referindo que a questão é técnica e que está relacionada com o planeamento urbanístico do Município. Ana Reis indicou ainda que existe uma ligação prevista até ao Pinhal das Almas, que depois ligaria a Vilamar, aprovada em PDM.

Foi levantada outra questão por Ana Reis, relativamente ao ponto da situação do Orçamento Participativo, assunto que já tinha sido alvo de pergunta na sessão anterior. O Presidente da Mesa, Gonçalo Gaspar, clarificou que dado o carácter estritamente extraordinário da presente sessão, o assunto ficaria registado para resposta detalhada na sessão ordinária seguinte.

Adriano Dias usou da palavra para deixar dois alertas. O primeiro sobre o mau estado do caminho que vai desde o posto de transformação da Pedreira até à Azenha (Fontinha), solicitando a verificação da situação. O segundo relativamente às obstruções nas valas de escoamento de águas pluviais entre a Lagoa das Hortas e a Lagoa dos Cedros, o que faz transbordar a água da lagoa e cria inundações com alguma regularidade, havendo já relatos de moradores com água a entrar diretamente nas habitações.

O Senhor Presidente da Junta respondeu, questionando se a responsabilidade de intervenção e limpeza no sítio em questão, seria da Junta de Freguesia ou dos proprietários privados confinantes, mas que independentemente disso iria verificar a situação para dar seguimento e tentar resolver a mesma.

Não existindo mais questões por parte dos presentes, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Gonçalo Gaspar, agradeceu a presença e a participação de todos, bem como o trabalho desenvolvido ao longo da sessão, desejando um bom fim de semana, bom trabalho e saúde para todos.

E nada mais havendo a tratar, declarou encerrada a sessão, da qual se lavrou a ata, aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos e que, depois de aprovada, será assinada nos termos da Lei.

O Presidente da Assembleia
(Gonçalo Gaspar)

A 1ª Secretária
(Carla Martins)

O 2º Secretário
(Jorge Vinagreiro)